

-----Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Vila Velha de Ródão levada a efeito aos trinta dias do mês de Junho de dois mil e onze

-----Aos trinta dias do mês de Junho de dois mil e onze, pelas quinze horas, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu-se em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Vila Velha de Ródão, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

- 1-Ponto prévio antes da ordem do dia;-----
 - 2-Deslocação pelo Concelho em visita a obras em curso e realizadas pela Autarquia;-----
 - 3- Apreciação, discussão e eventual aprovação da rescisão do acordo de parceria celebrado com a ADXTUR- Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias de Xisto;-----
 - 4- Apreciação, discussão e eventual aprovação de contratação de Empréstimo;-----
 - 5- Apreciação, discussão e eventual aprovação da autorização para contratação do fornecimento de combustíveis;-----
 - 6- Apreciação, discussão e eventual aprovação da alienação do Complexo Turístico "Portas de Ródão";-----
 - 7- Apreciação, discussão e eventual aprovação da Revisão aos Documentos Previsionais de 2011;-----
 - 8- Informação da Srª Presidente da Câmara Municipal sobre a actividade do Município nos termos da alínea e) do n.º1 do artº 53º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei nº5-A/2002, de 11 de Janeiro;-----
 - 9-Outros assuntos de interesse para o Município;-----
 - 10-Período de intervenção nos termos do artº 19º do Regimento;
- O Sr. Alfredo Lourenço, 1º Secretário da Assembleia, informou que devido a assuntos pessoais e inadiáveis, o presidente desta Assembleia iria chegar mais tarde, pelo que, ao abrigo do nº2 do

artigo 3º do Regimento da Assembleia Municipal, declarou aberta a sessão e procedeu à conferência dos membros, verificando-se a falta do membro Miguel António Martins Fradique, Olimpia do Carmo Ferreira Mendes e Ricardo Ribeiro Correia Luis o qual informou que não poderia estar presente e solicitava que lhe fosse justificada a falta.-----

----Foi dado conhecimento da correspondência remetida à Assembleia Municipal, ficando à disposição dos membros para eventual consulta.

----Procedeu-se à leitura da acta da sessão ordinária de 29 de Abril de 2011, sendo aprovada por unanimidade dos presentes.-----

-----**1-Ponto prévio antes da Ordem do Dia:**-----

----O sr. Alfredo Lourenço, a pedido do executivo, colocou a votação, a entrada neste ponto da **proposta de alteração da finalidade do Empréstimo** aprovado na sessão desta Assembleia, realizada em 18/02/2011, tendo sido aprovado por unanimidade a entrada deste documento.-----

----A srª Presidente da Câmara explicou que esta alteração vinha no seguimento dos últimos desenvolvimentos relativamente aos limites ao endividamento para 2011 e à possibilidade do financiamento da contrapartida nacional através da contratualização do empréstimo quadro do BEI, de projectos de investimento financiados pelo FEDER ou Fundo de Coesão, surgindo assim a necessidade de redefinir a finalidade do empréstimo aprovado por este órgão na sessão realizada em 18/02/2011, para financiamento do projecto de investimento "Lagar de Varas e sua Envolvente no Cabeço das Pesqueiras" e uma vez que era possível o financiamento desta obra em condições mais vantajosas, através do recurso ao empréstimo quadro do BEI, propor a alteração da finalidade do empréstimo já aprovado.-----

----Não havendo mais intervenções, e após votação, foi aprovado por unanimidade e em conformidade com a alínea d) do n.º2 do art.º 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, autorizar a alteração da finalidade do empréstimo aprovado na sessão da Assembleia Municipal realizada em 18/02/2011, no valor de 321.000,00€ (trezentos e vinte e um mil euros), para financiamento do projecto de investimento "Lagar de Varas e sua Envolvente no Cabeço das Pesqueiras", pelo prazo de 12 anos, a celebrar com a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Beira Baixa (sul) CRL, para o financiamento das seguintes obras:-----

----Beneficiação do Caminho Municipal 1355-IP2-Foz do Cobreão-Ladeira (1ª Fase), pelo valor de 240,000,00€ (duzentos e quarenta mil euros);-----

----Valorização e Dinamização do Cais de Ródão - Quiosque-Bar, pelo valor de 81.000,00€ (oitenta e um mil euros).-----

----A presente deliberação foi aprovada em minuta.-----

----2-Deslocação pelo Concelho em visita a obras em curso e realizadas pela Autarquia;-----

----Já com a presença do Presidente da Assembleia Municipal, foi realizada uma visita a algumas obras realizadas pela autarquia, ou em curso, nomeadamente, o Bar de apoio às festas no Largo da Serrasqueira, o Miradouro do Vale Mourão, passagem pelo CM n.º1355 entre a Foz do Cobreão/Vale do Cobreão/IP2 e pelas obras do Parque de Campismo Rural e auto-caravanas e requalificação do Lagar de Varas e envolventes ao Cabeço das Pesqueiras.-----

----3- Apreciação, discussão e eventual aprovação da rescisão do acordo de parceria celebrado com a ADXTUR- Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias de Xisto;-----

----Antes de colocar à discussão este ponto, o Presidente da

Assembleia Municipal, apresentou as desculpas pelo seu atraso devido a assuntos profissionais e inadiáveis. Aproveitou também para endereçar em seu nome pessoal e na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal, os parabéns ao PSD pela vitória eleitoral. No seguimento da proposta por si feita na última sessão para elaboração de um trabalho sobre a reforma administrativa que se avizinha e ao unânime protesto ao que se perspectivava e por sua única e exclusiva culpa, porque não contactou os membros envolvidos, esse trabalho ainda não tinha sido realizado, contando apresentá-lo na próxima sessão deste órgão. Mais informou que, conforme tinha sido solicitado e se tinha proposto na última sessão, o membro Luis Costa entregou um estudo sobre a monitorização em continuo da qualidade do ar em Vila Velha de Ródão, ficando à disposição dos membros que o queiram consultar.---

----A sr^a Presidente, em relação a este ponto, disse que a rescisão do presente acordo devia-se ao facto de ao longo de cerca de três anos que este vigora e apesar de vários contactos, por parte desta agência, o acordo de parceria não fora cumprido, desfraldando assim as expectativas criadas ao abrigo do mesmo.-----

----Não havendo intervenções, e após votação, foi aprovado por unanimidade autorizar a Câmara Municipal a rescindir o acordo de parceria celebrado com a ADXTUR- Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias de Xisto, aprovado pela Assembleia Municipal em 26/12/2008, com base no incumprimento do mesmo, por parte da ADXTUR, e em conformidade com o deliberado na reunião da Câmara Municipal de 27/04/2011.-----

----A presente deliberação foi aprovada em minuta.-----

----**4- Apreciação, discussão e eventual aprovação de contratação de Empréstimo;**-----

-----À solicitação de mais esclarecimentos por parte do membro Joaquim António Morgado, a sr^a Presidente disse que em relação ao empréstimo feito à Caixa de Crédito Agrícola, ainda não se tinha recebido qualquer verba por estar a aguardar o visto do Tribunal de Contas, o que poderá ainda demorar algum tempo. Como foi informada da possibilidade de se poder fazer um pedido de empréstimo ao BEI, com condições mais vantajosas, aproveitou-se essa oportunidade, embora este não poder ser afecto às obras abrangidas pelo primeiro empréstimo, tendo assim feito para outras duas obras também elegíveis por terem a ver com candidaturas a fundos comunitários, embora os valores de um e de outro não serem iguais, significando que o primeiro empréstimo a ser visado será o aproveitado, isto se algum deles for aprovado.-----

-----Não havendo mais intervenções e após votação, foi aprovado por unanimidade, ao abrigo da alínea d) do n.º2 do art.º53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro, aprovar a contratação do empréstimo conforme a redacção da minuta n.º081/2011 referente à aprovação da Câmara Municipal na reunião de 08/06/2011, que ficará arquivada junto aos documentos presentes a esta sessão.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta.-----

-----5- *Apreciação, discussão e eventual aprovação da autorização para contratação do fornecimento de combustíveis;*-----

-----A sr^a Presidente disse que como o presente contrato de fornecimento de combustíveis está a chegar ao seu termo e com os valores previstos para o próximo poderem ultrapassar os 100.000,00€ (cem mil euros) por ano económico, por imperativo legal, esta contratação estar sujeita a prévia autorização da Assembleia Municipal.-----

----O membro Luis Costa questionou se este tipo de contratação pressuponha que fosse requerido algum fornecedor local ou poderia ser efectuada a nível nacional.-----

----A sr^a Presidente respondeu que seria um concurso a nível nacional, no entanto, no caderno de encargos, poder-se-ia considerar dar alguma pontuação para concorrentes locais.-----

----À intervenção do membro Luis Costa sobre a eventualidade de a autarquia ter um posto de combustível próprio, a sr^a Presidente disse que já se tinha pensado nisso, mas após consulta a outras autarquias, verificou que por razões de controle e disponibilidade de funcionários e o facto da existência no concelho da possibilidade de abastecimento de combustíveis, não se justificar essa situação.-----

----O membro Luis Costa complementou que a sua afirmação vinha no sentido de salvaguardar o facto de não se ir gastar mais na deslocação para o abastecimento do que com o custo dos combustíveis em si, ao que a sr^a Presidente respondeu que se iria ter isso em atenção.-----

----Não havendo mais intervenções e após votação, foi aprovado por unanimidade autorizar a Câmara Municipal, à contratação do fornecimento de combustíveis, em conformidade com a redacção da Informação nº012/2011 da Divisão Administrativa e Financeira da Câmara Municipal e em conformidade com o deliberado na reunião do executivo, realizada em 08/06/2011 e que ficará arquivada junto aos documentos presentes a esta sessão.-----

----A presente deliberação foi aprovada em minuta.-----

----6- *Apreciação, discussão e eventual aprovação da alienação do Complexo Turístico "Portas de Ródão";*-----

----A sr^a Presidente informou que até esta data ainda não tinha

sido possível formalizar o contrato com a Celtejo, apesar de inúmeras reuniões, mas como o Protocolo tinha como data limite o dia trinta de Julho do presente ano, aguardava que até lá houvesse algum desenvolvimento e se assim for, seria convocada uma sessão extraordinária deste órgão para discussão deste ponto. Caso isso não aconteça, ficaria tudo como estava anteriormente pois a autarquia não poderia cumprir o que estava protocolado sem as coisas estarem devidamente resolvidas.-----

----No seguimento da informação da sr^a Presidente e perante os factos apresentados, o Presidente da Assembleia Municipal disse que este ponto mantinha-se mas ficaria como mera informação.-----

----**7- Apreciação, discussão e eventual aprovação da Revisão aos Documentos Previsionais de 2011;**-----

----O membro Luis Costa, questionou a que se referia o item "outros", inscrito na página um "Modificação ao Orçamento da Despesa", desta Revisão.-----

----A Dr^a Fernanda Neves, respondeu que a nível da classificação económica, a aplicação informática não permitia especificar todos esses itens.-----

----O membro Luis Costa, perguntou o porquê de se gastarem quase 53.000,00€ (cinquenta e três mil euros) na Casa de Artes e Cultura do Tejo.-----

----A Dr^a Fernanda Neves, informou que o valor inscrito nesta rubrica era devido a despesas de manutenção com a cobertura deste edifício, referindo ainda que os 95.000,00€ (noventa e cinco mil euros) referidos na rubrica "Aquisição/Beneficiação de Edifícios Municipais", destinavam-se às obras de substituição da cobertura do edifício onde estavam instalados os Serviços Técnicos da autarquia.

----Não havendo mais intervenções e após votação, foi aprovado por

unanimidade e em conformidade com a alínea b) do nº2 do artº 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a 3ª Revisão ao Orçamento de Despesa no valor de 147.970,93€ (cento e quarenta e sete mil novecentos e setenta euros e noventa e três cêntimos), a 3ª Revisão ao Orçamento de Receita no valor de 147.970,93€ (cento e quarenta e sete mil novecentos e setenta euros e noventa e três cêntimos) e a 3ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos no valor de 147.970,93€ (cento e quarenta e sete mil novecentos e setenta euros e noventa e três cêntimos).-----

----A presente deliberação foi aprovada em minuta.-----

----8-*Informação da Srª Presidente da Câmara Municipal sobre a actividade do Município nos termos da alínea e) do n.º1 do artº 53º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei nº5-A/2002, de 11 de Janeiro;*-----

----Sobre este ponto foi entregue a cada membro da Assembleia uma informação escrita evidenciando no nº1, a situação financeira, reportada à data de 22 de Junho, nomeadamente, os valores da receita cobrada de 3.285.340,47€ (três milhões, duzentos e oitenta e cinco mil, trezentos e quarenta euros e quarenta e sete cêntimos), dos pagamentos efectuados de 2.721.482,04€ (dois milhões, setecentos e vinte e um mil, quatrocentos e oitenta e dois euros e quatro cêntimos) e do saldo de 711.829,36€ (setecentos e onze mil, oitocentos e vinte e nove euros e trinta e seis cêntimos) e no nº2, as principais actividades desenvolvidas pela autarquia nos sectores da Educação, Cultura, Desporto e Tempos Livres, Sistema de Gestão de Qualidade, Acção Social, do Desenvolvimento e Turismo, no Apoio ao Desenvolvimento e Protecção Civil, no da Habitação e Urbanismo, Obras e Projectos Municipais.-----

----A sr^a Presidente informou que aproveitando a presença na autarquia de um estagiário da Escola Superior Agrária, este elaborou um relatório sobre a eficiência energética com vista à elaboração de uma candidatura nessa área para se tentar reduzir os custos da autarquia com o consumo eléctrico, tendo este estudo abrangido os consumos efectuados nos meses de Janeiro, Fevereiro e Março dos anos de 2009, 2010 e 2011, concluindo-se que a autarquia, com a tomada de algumas medidas, nomeadamente, na redução de iluminarias públicas onde elas não fariam falta, poderia vir a poupar cerca de 10% nas despesas com o consumo eléctrico, contando também com a colaboração dos presidentes das juntas para efectuar um melhor levantamento dessas situações.-----

----Ao comentário do membro Luis Costa sobre a existência de um programa da EDP a nível industrial para melhoria da eficiência energética, com a utilização de lâmpadas economizadoras, não sabendo se as autarquias poderiam ou não recorrer a esse programa, a sr^a Presidente disse que essa situação tinha sido equacionada mas entretanto aparecera outra situação, passando a palavra ao Vice-Presidente para que este explica-se melhor qual era.-----

----O Vice-Presidente Luis Pereira, referiu que se estava a trabalhar em conjunto com a EDP a possibilidade de substituir as presentes lâmpadas por lâmpadas LED, que se iria traduzir numa redução de consumo energético e tornando este concelho num dos pioneiros desta solução, garantindo a EDP a manutenção e integração deste equipamento na sua infra-estrutura.-----

----A sr^a Presidente informou que, no seguimento da reunião que teve com os elementos da GNR, Protecção Civil e Bombeiros, relativa à segurança no concelho e tendo em conta a previsão para breve do aumento do número de pessoas na área do concelho devido ao início

das obras para aqui previstas, estavam a ser tomadas medidas de informação à população, nomeadamente, na elaboração de folhetos informativos e num contacto de proximidade com a população de algumas localidades, tendo sido comunicado pelo comandante do posto da GNR de Vila Velha de Ródão que já teria solicitado um reforço de efectivos para este posto. Na área da Protecção Civil, continuava-se a sensibilizar as pessoas para os cuidados a ter na prevenção de fogos florestais e de como actuar nos casos de falta de limpeza dos prédios rústicos e as respectivas consequências.-----

----No seguimento de solicitação na sessão anterior, a sr^a Presidente informou da despesa com a educação reflectida no ano escolar 2010/2011, com um gasto global dos vários itens de cerca de 230.000,00€ (duzentos e trinta mil euros), perfazendo em média uma despesa mensal de 28.756,00€ (vinte e oito mil setecentos e cinquenta e seis euros) e de 127,00€ (cento e vinte e sete euros) mensais por aluno, salientando que o município comparticipa com a mensalidade de 75,00€ (setenta e cinco euros) por criança colocada nas creches, quantia esta que é deduzida no total da respectiva mensalidade.-----

----O Presidente da Assembleia Municipal no seguimento das declarações da sr^a Presidente sobre a segurança, sugeriu que talvez fosse pertinente a titulo preventivo, a autarquia reforçar o pedido de reforço de contingente da GNR junto do respectivo comando e não deixar esse assunto só com o comandante do posto.-----

---9-Outros assuntos de interesse para o Município;-----

----O membro Roma apresentou a sua discordância com o dia e hora a que esta sessão fora marcada, no entanto gostou da visita e das obras que visitou, embora não fossem aquelas que à já tanto tempo vem reivindicando. Verificou também que as obras estavam bem

executadas, mas achava que deveriam ter mais pontos de água. Em seguida, lembrou que tinha sido aqui dito que até ao último dia do segundo trimestre deste ano seria apresentado o projecto da Rua do Barreiro em Sarnadas e até agora nada tinha sido dito.-----

----O Presidente da Assembleia Municipal disse que, mantendo a coerência e o compromisso por si assumido, continuava a defender que as sessões deste órgão deveriam ser realizadas nas Sextas-feiras à noite, mas por solicitação da sr^a Presidente da Câmara Municipal, por dificuldade em preparar atempadamente os pontos a discutir nesta sessão, em parte devido à realização da Feira de Actividades, e porque na última sessão esta tinha manifestado a vontade de se efectuar a visita hoje realizada, acedeu à marcação da presente sessão nestes moldes.-----

----A sr^a Presidente em relação ao projecto referido pelo membro Roma disse que não se tinha comprometido em apresentá-lo neste órgão, passando a palavra ao Vice-Presidente para mais explicações.

----O Vice-Presidente disse que o projecto da Rua do Barreiro estava em execução, apesar de estar com um pequeno atraso porque se teve que avançar com alguma urgência com o projecto da substituição da cobertura do edifício dos serviços técnicos porque a mesma, devido ao rigor do último Inverno, ameaçar a segurança de pessoas e bens.-----

----O 1º Secretário, Alfredo Lourenço, em achega ao assunto da segurança, referiu que se poderia articular com as autoridades a possibilidade dos funcionários que procedem à recolha do lixo, como o fazem durante a noite, de no caso de verificarem situações estranhas, o poderem comunicar de imediato às respectivas autoridades.-----

----O membro Ana Luísa, disse ter constatado com alguma surpresa e

congratula-se pelo facto de verificar que no boletim municipal constar a obra de beneficiação do acesso a Amarelos, questionando que quando se referem ao último trimestre de 2011 já haveria alguma data definida, receando que fosse o inicio de algo que poderia não ter fim.-----

----A sr^a Presidente disse que, como aqui já tinha sido informado, tinha existido uma garantia de apoio a esta obra, no âmbito da passagem das linhas de muita alta tensão, e que após o compromisso assumido, este não se veio a concretizar. Como tal, resolveu-se avançar com o projecto e com a realização da obra por administração directa da autarquia. O Vice-Presidente, continuou dizendo que não poderia aceitar a afirmação de que a obra não poderia ter fim, pois tinha-se acabado de fazer uma visita a algumas obras efectuadas pela autarquia e pôde-se comprovar a capacidade de realização e qualidade das mesmas. Mesmo com todas as dificuldades com que a Câmara se tem deparado, o projecto da obra de beneficiação do acesso aos Amarelos estava a ser executado pelos serviços técnicos e grande parte desta obra iria ser executada pela autarquia, realçando que para isso havia um grande esforço de todos os técnicos e trabalhadores da autarquia.-----

----A sr^a Presidente aproveitou para informar que a obra de abastecimento de água a Vilas Ruivas, que deveria ser por empreitada, seria também executada por administração directa.-----

----O membro Ana Luísa, esclareceu que quando tinha utilizado a expressão "não tem fim", era em contraponto com o seu inicio, uma vez que já se tinha falado muitas vezes nesta obra mas até hoje ainda não era uma realidade e que já não era só uma questão de acesso mas sim de segurança, reformulando a sua questão para quando é que a obra teria inicio.-----

----A sr^a Presidente respondeu que não poderia dizer quando é que a obra seria iniciada até porque não dependia dos membros do executivo e sim de quando este processo estivesse em condições de execução.-----

----O membro Joaquim António Morgado, questionou a sr^a Presidente da Câmara se esta já tinha os resultados dos Censos 2011 referentes a este concelho, referindo também a sua grande preocupação com a segurança dos munícipes. Solicitou por fim, mais informação sobre o desenvolvimento do processo de revisão do P.D.M.-----

----A sr^a Presidente disse que já tinha os dados provisórios mas que não os tinha consigo, referindo que apesar de tudo a diminuição de população no concelho não tinha sido tão grande como era esperado, tecendo em seguida mais algumas considerações sobre os mesmos.-----

----O Vice-Presidente disse que já tinha havido uma reunião da comissão mista de acompanhamento à revisão do P.D.M. onde participaram todas as entidades representadas e que opinaram sobre os documentos apresentados, na sua maioria estudos de caracterização. Após a mesma, o Arq^o José Manuel reuniu com todos os presidentes das juntas de freguesia e já tinha percorrido o concelho no sentido de se ajustar os perímetros urbanos das localidades, prevendo-se efectuar a próxima reunião nos finais de Julho ou princípios de Agosto próximo. Continuou, alertando para o facto do P.D.M. ser um dos instrumentos de gestão territorial existente e que o outro era o PROTC, sendo este um plano imediatamente superior e que iria ter implicações no nosso plano. Informou também que tinha sido feito um grande esforço por parte da CCDR no sentido de aprovar o PROTC e de o fazer rectificar ainda pelo anterior governo, desconhecendo se foi conseguido ou não. No

